

# Políticas Curriculares: uma breve crítica ao Currículo Mínimo implantado no Estado do Rio de Janeiro

Curricular Politics: a brief criticism to the Minimum Curriculum implanted in the State of Rio de Janeiro

*Maria José da Silva de Oliveira Quirino<sup>1</sup> majosoliveira@yahoo.com.br*

*Carlos Alexandre da Silva Pereira<sup>2</sup> carlosbiopaiol@yahoo.com.br*

*Cristianni Antunes Leal<sup>1</sup> caleal1@gmail.com*

*Vânia Lucia de Oliveira<sup>1</sup> profa\_vania@hotmail.com*

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro  
IFRJ - Campus Nilópolis - RJ

<sup>1</sup> Mestradas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências – PROPEC - Mestrado Profissional em Ensino de Ciências

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## Resumo

O presente trabalho trata das questões políticas atreladas à implementação do currículo mínimo no Estado do Rio de Janeiro. Apresenta um breve histórico do seu processo de elaboração, aborda questões sobre as consequências da sua utilização e as possíveis leituras que podem ser feitas a partir de um currículo imposto. Dialoga sobre o papel do professor como mediador deste currículo prescrito e apresenta algumas das ferramentas que o Estado está utilizando para controlar o cumprimento do currículo mínimo nas salas de aula.

**Palavras-Chave:** Currículo Mínimo, Políticas Educacionais, Ferramentas de Controle.

## Abstract

The present work treats about politics questions matched to implementation of minimum curriculum in the State of Rio de Janeiro. It presents a brief historical of its process of development, it broaches questions about consequences of its use and the possible readings that can be made from an imposed curriculum. It dialogues about the teacher's role as mediator of this prescribed curriculum and it presents some of resources that State is using to control the compliance of the minimum curriculum in the classrooms.

**Key-words:** Minimum Curriculum, Educational Politics, Resources of Control.

## Introdução

Atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, a autonomia pedagógica em sala de aula enfrenta obstáculos impostos “de cima para baixo” devido às políticas de reformulação na educação. Pode-se exemplificar como um destes obstáculos, a proposta do currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro. Implantado em 14 de fevereiro do presente ano, o currículo mínimo foi desenvolvido apenas para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino

Médio regular. Prioriza, inicialmente, seis disciplinas: Língua Portuguesa/Literatura; Matemática; História; Geografia; Sociologia e Filosofia. Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) o currículo mínimo é um documento que serve como referência a todas as escolas estaduais, apresentando as competências, habilidades e conteúdos básicos que devem estar nos planos de curso e nas aulas. Para a SEEDUC-RJ, o currículo mínimo tem por finalidade:

Orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. (RIO DE JANEIRO, 2011a, p. 03).

É possível perceber a preocupação do órgão com os resultados nos exames de referência nacionais e estaduais. Em consonância com esta preocupação com as avaliações, está a fala de Beatriz Pelosi – Diretora de Pesquisa e Orientação Curricular da SEEDUC-RJ que afirma que: “o currículo mínimo não define métodos, materiais didáticos ou formatos, mas sim resultados [...]” (RIO DE JANEIRO, 2011b, p.01). Para ela ainda, “[...] com o cumprimento do currículo, o aluno também tem a garantia de estar sendo preparado para avaliações como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)” (RIO DE JANEIRO, 2011b, p.01). Novamente se reafirma a preocupação com os processos de avaliação. Evidencia-se então, um dos pontos cruciais deste currículo, o direcionamento do ensino para determinados conteúdos com um fim específico: o preparo dos alunos para, posteriormente, realizarem as provas externas aplicadas pelo governo. Esta fala deixa claro, aqui neste contexto, o currículo como instrumento que está arraigado de interesses políticos e que não é algo neutro, sem intenções. Para Moreira; Silva (2008, p.08) “O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares”.

O currículo não é, portanto, um documento de transmissão desinteressada de conteúdos, é uma ferramenta de manipulação dos saberes, ou melhor, do que é interessante se saber. “Ele é a expressão das relações sociais de poder [...] em que um grupo está submetido à vontade e ao arbítrio de outros” (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 28-29). Neste ínterim, considerando o currículo mínimo como ferramenta de controle, professores e alunos estão submetidos à vontade e ao arbítrio do Estado.

O currículo, no entanto, configura-se em instrumento de grande valia para o controle e direcionamento de ações na área educacional.

## **Objetivo**

O presente artigo tem por finalidade, discutir os principais aspectos políticos atrelados à criação de um currículo mínimo estadual.

## **Que política está por trás do Currículo Mínimo?**

O currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro é um documento que foi redigido às pressas, para ser utilizado ainda no ano de 2011. No fim do ano letivo de 2010, o que havia eram as Orientações Curriculares. Não existia um “currículo oficial”. Entretanto, no período de recesso dos professores, no mês de janeiro de 2011, havia no site da SEEDUC-RJ uma nota informando de que estava ocorrendo o processo de elaboração do currículo mínimo e que os professores poderiam contribuir com suas sugestões. No entanto, o período para sugestões

foi curto, de apenas alguns dias e em fevereiro já estava pronto o currículo mínimo. Neste período, todo um processo importante na elaboração do currículo parece ter sido desconsiderado. Pois para Walker, “Os fenômenos curriculares incluem todas aquelas atividades e iniciativas através das quais o currículo é planejado, criado, adotado, apresentado, experimentado, criticado, atacado, defendido e avaliado [...]” (WALKER, 1973 *apud* SACRISTÁN, 2000, p.21).

“Nasceu”, então, um currículo que não foi discutido e veio como uma imposição oficial do Estado, uma ferramenta de controle. “Mais uma prática de governo em que o Estado, com sua ação onipotente verticaliza suas políticas de currículo e reserva às escolas apenas o papel subordinado de implementação” (LOPES, 2006, p.35).

Que política está por trás deste currículo? Que objetivos pretendem ser alcançados? Por que, um currículo mínimo, específico, apenas para as escolas públicas? Apenas para reforçar as relações de poder?

Não. Para satisfazer interesses da classe dominante. E, por este motivo, que deve-se entender que: “Os conflitos em torno da definição de currículo proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve os objetivos da escolarização” (GOODSON, 1995, p.105).

E que interesses e objetivos estão por trás de uma política de currículo? A formação de cidadãos com uma boa escolarização básica? Isso pode até ocorrer, mas o objetivo central e maior é conquistar os investimentos internacionais na área da educação.

Como conseguir este objetivo? Implantando em todo o sistema educacional outras ferramentas de controle que vão agir diretamente sobre as escolas e professores, como o programa de Gestão Integrada da Escola (GIDE), por exemplo. Com este programa, o professor é direcionado, se não, pressionado, a seguir esse novo currículo de ensino. Segundo a SEEDUC-RJ, o GIDE foi desenvolvido para integrar aspectos estratégicos, políticos e gerenciais dentro da escola com o objetivo de ajudar os gestores (diretor e diretor adjunto) na busca por melhores resultados no processo ensino-aprendizagem com vistas a elevar os resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Atrelado ao GIDE o Estado lançou um Planejamento Estratégico da Educação no Estado, mais conhecido como Plano de Metas, arraigado em critérios de eficiência a serem alcançados e cheio de racionalidade burocrática. Este plano é um dos principais dispositivos de controle para garantir que o professor siga esse novo currículo de ensino.

Além disso, o professor ainda tem que relatar suas aulas no conexão educação. O conexão educação, nada mais é do que um portal online “do professor” onde ele deve fazer o preenchimento das notas dos alunos e das aulas dadas. Uma forma bem rápida de se controlar e saber o que o professor está lecionando em suas aulas.

Porém, se mesmo com todos estes artifícios, o professor tentar não utilizar o currículo mínimo, o Estado ainda tem sua última “carta na manga”. Ele envereda o professor oferecendo mecanismos de bonificação e premiação pelos méritos (metas alcançadas), ou seja, pelo cumprimento de todo este plano de trabalho. Nome dado a essa prática? Política meritocrática, onde há a premiação pelo cumprimento às metas estipuladas pelo governo. Porém, toda essa política se assemelha à logística de uma empresa privada que visa o lucro e a disputa de mercado. E o mercado enfatiza a eficiência, produtividade e qualidade. “No plano educativo, o neoliberalismo traduz-se pela idéia central do mercado como mecanismo de regulação” (AKKARI, 2001, p.174). E é esta política que está por trás do currículo mínimo.

A este sistema de premiação por mérito a SEEDUC-RJ deu o nome de Programa de Bonificação por Resultados. De acordo com a SEEDUC-RJ, para receberem a bonificação, os

servidores precisam cumprir 100% do currículo mínimo; participar de todas as avaliações internas e externas; efetuar o lançamento online das notas dos alunos na forma e prazo estabelecidos; entre outras ações. Neste Programa de Bonificação os gestores ainda são agraciados com uma gratificação maior que a dos professores. Desta forma, o Estado força os diretores a cobrarem diretamente seus professores.

Está apresentado o objetivo do currículo mínimo: elevar o índice do IDEB até 2014. As reformas educacionais vão acontecendo para que se consiga os investimentos internacionais em educação. Como relata Ball (2011, p.100): “[...] a colonização das políticas educativas pelos imperativos das políticas econômicas”. Não que isto de fato, os investimentos, seja de todo ruim. No momento, o grande problema é como tudo está acontecendo. Todo processo vai ocorrendo de forma atropelada, verticalizada, meritocrática e equivocada.

Contudo, vale lembrar que o currículo mínimo arbitrado pelo Estado pode ser utilizado como matéria-prima para exprimir contestação. Para Moreira; Silva (2008, p.28): “O currículo é assim, um terreno de produção e de política cultural no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. A forma como se vai trabalhar este currículo, e as concepções epistemológicas de cada professor modelarão esse formato prescrito, imposto. E segundo Sacristán (2000, p.166) “[...] essa capacidade de modelação que os professores têm é um contra-peso possível se é exercida adequadamente e se é estimulada como mecanismo contra-hegemônico”.

## **O Currículo Mínimo só existirá no papel**

O currículo até pode vir moldado por instituições públicas, no entanto, o resultado final idealizado, não é passível de ser totalmente atingido. Isto porque professor e aluno possuem seus próprios meios de recepção (contexto cultural) daquilo que está sendo transmitido e recebido.

O currículo pode ser movimentado por intenções oficiais de transmissão de uma cultura oficial, mas o resultado nunca será o intencionado porque, precisamente, essa transmissão se dá em um contexto cultural de significação ativa dos materiais recebidos. A cultura e o cultural, nesse sentido, estão tanto naquilo que se transmite quanto naquilo que se faz com o que se transmite. (MOREIRA; SILVA, 2008 p.27).

Nesta perspectiva, deve se considerar também o currículo do professor (não aquele que contém os dados biográficos, a formação acadêmica e o perfil do profissional), mas o currículo interno do professor: suas vivências, bagagens culturais e leituras de mundo. E isso é intrínseco de cada professor, em particular. E por este motivo que não há como um currículo mínimo ser precisamente transmitido. O professor a todo instante é o mediador e vale ressaltar que os professores não serão meros reprodutores e executantes desta política:

Ver os professores como meros executantes da política imposta desde cima é incorreto. Os professores distorcem essa política antes de serem fiéis aplicadores [...] para adaptá-las às necessidades que percebem em seus alunos, de modo que o conteúdo ensinado a estes é provavelmente um compromisso entre o conteúdo oficialmente adotado e as necessidades dos alunos tal como o professor as percebe. (BROPHY, 1982 *apud* SACRISTÁN 2000, p.172).

Talvez os idealizadores do currículo mínimo não se atentaram a este detalhe: o professor não é um robô, ou um computador que pode ser pré-programado e controlado automaticamente estando pronto para reproduzir e atender aos comandos dados pelo Estado. Ele é um ser pensante, crítico, e em sala de aula é o mediador das aprendizagens. O professor não está em uma redoma de vidro, isolado, ele interage com a realidade ao seu redor, é ele que vai perceber a real necessidade de seus alunos.

Além do que, convém salientar, que o professor possui seus próprios constructos teóricos que estão intrínsecamente impregnados em sua fala, em seu discurso.

Outro aspecto importante também deve ser mencionado. O de que o currículo não se restringe apenas a um documento formal, oficial. O currículo de uma forma mais ampla é muito mais do que isso. Haja vista o currículo real:

O currículo real, na prática, é a consequência de se viver uma experiência e um ambiente prolongados que propõem – impõem – todo um sistema de comportamento e de valores e não apenas de conteúdos e conhecimentos a assimilar. [...] é a soma de todo o tipo de aprendizagens e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados. (SACRISTÁN, 2000, p.86).

Este é um currículo que não está prescrito e é formado das experiências dos alunos na escola, seja com o ambiente escolar propriamente dito, seja com os materiais didáticos, seja do fruto da interação com os professores, com outros alunos.

Pode-se considerar parte deste currículo também, a soma de tudo aquilo que ele não aprendeu, seja porque não estava no currículo, seja porque foi ocultado. Neste aspecto, o currículo mínimo oculta um outro currículo valioso: o currículo das ausências.

## **Consequências deste currículo e possíveis leituras**

Este currículo é passível de algumas leituras. Num primeiro momento, este currículo mínimo é apresentado aos professores como o mínimo de conteúdos que estes devem abordar, como um ponto de partida mínimo que, na escola, deve ser complementado. Contudo, após uma breve análise do currículo mínimo percebe-se, no entanto, um documento com uma volumosa quantidade de conteúdos a serem trabalhados. O que se pretende com um currículo assim? Avaliar os alunos, ter como consequência resultados ruins e depois culpabilizar o professor, deixando sobre ele o legado de incompetente. Assim, para melhoria do sistema educacional o governo pode aplicar sua política de qualidade oferecendo aos professores “despreparados” seus cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

Para Sacristán (2000, p.110) as políticas de inovação trazem consigo, “[...] uma prática assistencialista às escolas e de aperfeiçoamento dos professores como estratégias para melhorar o ensino”.

Contudo, o governo não se dá conta de que é difícil ensinar numa sala com 50 alunos e sem o material básico necessário, como um pilot, por exemplo, para se escrever no quadro-branco; ou sem carteiras decentes para que os alunos se acomodem bem. Para o governo a escola está bem equipada: tem quadro-branco, aparelhos de ar-condicionado e computadores nas mesas dos professores. Sendo que os aparelhos de ar-condicionado não estão sendo ligados porque a rede elétrica da maioria das escolas não suporta a carga de energia demandada por tantos aparelhos. Também é difícil que o processo de ensino-aprendizagem ocorra, quando este aluno vai para escola sem se alimentar e na escola, não servem a merenda ou quando o é feito, servem uma alimentação carente de valor nutricional.

Um currículo mínimo, porém, conteúdista, para quê? Para não dar tempo de formar cidadãos pensantes, para não formar uma massa crítica na sociedade. Para promover a produção em série de indivíduos homogeneizados e normalizados culturalmente.

Sabe-se, no entanto, que este não deve ser o papel da escola e que ela não deve ser um local gerador dessas características. A escola e atrelado a ela, o currículo, segundo Silva (1999) devem promover aos alunos o exercício da democracia, da discussão e do questionamento ao senso comum.

Entretanto, um currículo prescrito serve para reforçar as condições de classe e relações de poder. Para propagar um sistema de alienados políticos. Tanto alunos quanto professores.

Nos professores o reflexo de um currículo mínimo acarreta um trabalho mais voltado para gestão da sua prática do que para o próprio ensino:

As estruturas escolares contribuíram para criar e manter uma experiência alienada no trabalho dos professores. E isso é assim porque o instrumento que utilizam para modelar a experiência educativa para os estudantes, o currículo, não lhes pertence. Mas dirigem um currículo cujas metas e fins estão em sua maior parte determinados por outros. (GITLIN, 1987 *apud* SACRISTAN, 2000, p.167).

Desta forma, é preciso refletir sobre que tipo de currículo se quer: um que seja reprodutor das desigualdades sociais ou um que promova a formação de cidadãos incluídos e atuantes na sociedade em que vivem.

## Conclusões

O currículo não é, portanto, um “documento” neutro. É fruto de uma construção social e está implicado de valores e interesses de uma classe dominante. Ele não é um documento de transmissão desinteressada de conteúdos, é uma ferramenta de manipulação dos saberes, ou melhor, do que é interessante se saber. O currículo é seletista, prova disso: o currículo mínimo.

Este currículo pode ser visto como um instrumento de condicionamento do ensino para que posteriormente os alunos façam as avaliações externas.

Como consequência de um currículo prescrito, temos todo um sistema de regulação burocrática, de caráter neoliberal com vistas a garantir a qualidade, eficiência e produtividade. Com o currículo mínimo e outros dispositivos de controle o Estado tem em suas mãos “as rédeas” da educação. Com seus sistemas de informatização e premiação de professores por méritos atingidos detém e fecha o círculo do sistema de controle. A escola, por sua vez, perde sua função política e de formação do cidadão.

Fica como desafio contrapor este currículo, romper com este sistema, lutar pela autonomia pedagógica. O professor tem o poder de transformar este currículo, pois é ele quem trará a significação dos conteúdos em um dado contexto cultural. Suas concepções epistemológicas vão modelar este currículo prescrito e seu planejamento determinará o que realmente será ensinado. Esta ação do professor acaba sendo uma forma de transgressão a este currículo mínimo prescrito e arbitrado verticalmente pelo Estado.

## Referências

AKKARI, A.J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. **Educação & Sociedade**, n° 74, p. 163-189, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a10v2274.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BALL, S.J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n° 2, p. 99-116, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>>. Acesso em: 20 junho de 2011.

GOODSON, I.F. **Currículo: teoria e história**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v.6, p.35-52, jul-dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.htm>> Acesso em: 25 de junho de 2011.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo**. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. 2011a. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2011. Disponível em: <[http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/downloads/portugues\\_livro\\_v2.pdf](http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/downloads/portugues_livro_v2.pdf)> Acesso em: 23 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação lança currículo mínimo nas unidades de ensino**. Secretaria de Estado de Educação. 2011b. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=353541>> Acesso em: 20 de junho de 2011.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.